



Ata da 99ª reunião da Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento da 18ª Legislatura do Poder Legislativo Goiano, no ano de 2017.

Aos dezoito dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, às 14hs10min, na sala das Comissões Técnicas Sólton Amaral, realizou-se a nonagésima nona reunião da Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento da décima oitava Legislatura do Poder Legislativo Goiano, no ano de dois mil e dezessete, Presidida pelo Nobre Deputado Francisco Jr., e que contou com as presenças dos Ilustres Deputados Titulares Helio de Sousa, Nélio Leite, Lincoln Tejota, Lívio Luciana, Luis César Bueno, e os Deputados Suplentes Alvaro Guimaraes e Lissauer Vieira, estes no exercício da titularidade, Diego Sorgatto, Daniel Messac, Sérgio Bravo. Em seguida o Senhor Presidente Deputado Francisco Jr. informou aos Senhores Deputados o recebimento do processo de número 3919/2017 contendo o "ofício número 589/2017 - GSF, Solicitamos a especial atenção de Vossa Excelência no sentido de agendar a data do dia 18 de outubro de 2017, para que esta Secretaria demonstre e avalie o cumprimento das metas fiscais referente ao 2º Quadrimestre de 2017, consoante o que determina o § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal". Em atendimento ao ofício declaro a transformação da reunião ordinária da Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento em audiência pública, momento este em que recebemos o Senhor Glaucus Moreira Nascimento e Silva - Superintendente Executivo da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Goiás, neste ato representando o Senhor Secretário João Furtado Mendonça Neto, o Senhor Oldair Marinho da Fonseca - Superintendente do Tesouro Estadual da Secretaria de Estado da Fazenda, e ao mesmo tempo o Senhor Presidente os Convidou para compor a mesa, o Senhor Presidente também registrou a presença da Senhora Maires Agda Mesquita Morães - Gerente de Contas Pública da Secretária de Estado da

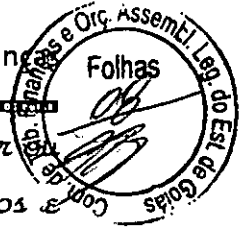


Fazenda do Estado de Goiás. Em seguida o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Oldair Marinho da Fonseca que através da apresentação em slide demonstrasse o cumprimento das metas fiscais referente ao segundo quadrimestre de 2017, consoante o que determina o inciso 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, ficando assim exposto;

"Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na Comissão referida no §1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais. Dar ciência à sociedade da evolução dos números fiscais do Estado e o acompanhamento periódico da execução orçamentária permite estimar a evolução das receitas e despesas do exercício e antecipar a necessidade de correções de rumo a tempo de garantir o cumprimento das metas fiscais definidas na Lei de Diretrizes Orçamentária. Conclusões;

- As despesas primárias totais do Estado cresceram 13,64% de janeiro a agosto/2017, ao passo que a receita primária total cresceu apenas 4,74% em relação ao mesmo período do exercício anterior,
- Custeio e folha apresentaram crescimento de 15,61% e 9,88%, respectivamente,
- O baixo crescimento das receitas refere-se principalmente ao baixo crescimento das receitas tributárias, de apenas 2,15%, e das transferências da união, de apenas 0,90%, no período de janeiro a agosto/17, comparado ao mesmo período de 2016, portanto, abaixo da IPCA de setembro/2016 a agosto/2017 que foi de 2,46%;

Editado e publicado Decreto nº 8.968 de 09/06/2017 que dispõe sobre o contingenciamento do Orçamento-Geral do Estado para o exercício de 2017, no montante de R\$1,113 bilhões, no âmbito do Poder Executivo. Foi aprovada e promulgada por esta Assembleia Legislativa a Emenda Constitucional nº 54 de 02/06/2017, e suas alterações posteriores – Emenda Constitucional nº 55 de 12/09/2017- , que institui, com vigência até 31 de dezembro de 2026, o Novo Regime Fiscal – NRF, no âmbito do Estado de Goiás, ao qual se sujeitam todos os Poderes e Órgãos Autônomos, limitando as



despesas correntes do IPCA apurado em junho do exercício anterior ao crescimento da RCL no mesmo período, os seguintes relatórios e apresentações estão disponíveis nos sites: www.sefaz.go.gov.br, www.transparencia.goias.gov.br, www.cge.go.gov.br". Terminada a apresentação do Senhor Oldair Marinho da Fonseca, o Senhor Presidente passou a palavra aos Senhores Deputados para fazer seus questionamentos, fez uso da palavra os Senhores Deputados Helio de Sousa, Alvaro Guimarães, Nédio Leite, Daniel Messac, Lutz César Bueno, Lívio Luciano, Lincoln Tejota, Lissauer Vieira, o Senhor Presidente em atendimento ao Regimento Interno colocou em discussão e votação a prorrogação do tempo da audiência pública, como não houve manifestação, o Senhor Presidente declarou aprovado por unanimidade. Em seguida os questionamentos foram respondidos pelo Senhor Secretário Oldair Marinho da Fonseca. Em seguida, não tendo mais nada na pauta da audiência pública o Senhor Presidente agradeceu a presença do Senhor Secretário Oldair Marinho da Fonseca e funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda, Deputados e demais pessoas presente a esta audiência pública e declara encerrada a audiência pública. Em seguida o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos da sessão ordinária da Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento para a distribuição do processo de número 3819/2017 (Orga a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 2018), o Senhor Deputado Lissauer Vieira pede a palavra para apresentar um memorando no qual indica o seu nome para relatoria do respectivo processo, o Senhor Presidente recebeu e fez a leitura do memorando número 0277/2017, data 18/10/2017, assim escrito; " como os meus cumprimentos, informo ao Senhor Presidente desta Comissão o meu interesse em relatar o projeto número 2017001561 que dispõe sobre as diretrizes orçamentária para o exercício de 2018. Certo de contarmos com sua estima compreensão, desde já anticipo sinceros agradecimentos". Logo em seguida pede a palavra o Senhor Deputado Lincoln Tejota que também fala do seu interesse em relatar o respectivo processo e pede



aos Senhores Deputados o voto de confiança, houve também a sugestão de outros nomes para a relatoria do processo os Senhor Deputado Lívio Luciano, Lúls César Bueno e Daniel Messac. Em seguida como houve um consenso na indicação do Senhor Deputado Lincoln Tejota para a relatoria do processo de número 3819/2017, e seguindo o regimento interno o Senhor Presidente declara aprovado por unanimidade a indicação do Senhor Deputado Lincoln Tejota. Em seguida o Senhor Presidente faz a leitura do calendário para o recebimento de emendas parlamentar, ficando assim o cronograma de datas: Prazo para recebimento de Emendas 18/11/2017 à 22/11/2017, Prazo para publicação das Emendas 28/11/2017, Prazo para entrega do relatório (relator) 05/12/2017, Data da votação do relatório 06/12/2017. Em seguida o Senhor Presidente coloca o calendário em discussão e votação, não houve manifestação, o Senhor Presidente declara aprovado por unanimidade. Em seguida nada mais havendo na pauta, o Senhor Presidente Deputado Francisco Jr. agradece a presenças dos Senhores Deputados e demais pessoas presente a esta comissão, e encerra a presente reunião ordinária às 15hs53min, e para constar lavrou-se a presente ata que após lida e achada conforme foi colocada em discussão e votação, aprovada por unanimidade, será pelos presentes assinada. Esta audiência pública e a reunião ordinária foi gravada em compact disc (cd).